



**ANÁLISE JURÍDICA DE AUTOS DE INFRAÇÃO/IEF**

<b>Nome do Autuado: ANTONIO ALVES DE SOUZA</b>	
<b>CPF/CNPJ: 233.415.996-69</b>	
<b>Nº do Processo Adm.: 12000000874/07</b>	<b>Nº. do Auto de Infração: 003254/2006</b>

**I – DO VALOR DA MULTA:**

Valor original da multa: R\$ 50.265,60

Valor definido pela CORAD: R\$ 50.265,60

**II – NOTIFICAÇÃO DO AUTUADO:**

**DO AUTO DE INFRAÇÃO:** Enviado via Ar e convalidado com a apresentação da Defesa Administrativa.

**DA DECISÃO DA CORAD:** Publicação no Diário Oficial.

**III – DA TEMPESTIVIDADE:**

- a) **DA DEFESA ADMINISTRATIVA:** Intempestivo
- b) **DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:** Tempestivo

**IV – DO EMBASAMENTO LEGAL:**

O procedimento em questão teve trâmite regular com a lavratura do competente Auto de Infração nos termos do Decreto Estadual 44.309/2006.

**V – DOS FATOS:**

Trata-se o expediente de procedimento administrativo que resultou na aplicação ao autuado de pena de multa florestal descrita no auto de infração, onde fora proferida decisão de primeira instância mantendo a autuação.

Inconformado com a decisão da Comissão de Recursos Administrativos – CORAD apresentou seu Recurso administrativo, o qual se avalia a juridicidade neste ato.

Compulsando os presentes autos e após a aplicação da legislação vigente, verificamos que o recorrente não apresentou argumentos jurídicos ou fáticos capazes de descaracterizar o auto de infração, apresentando alegações genéricas que foram amplamente refutadas em decisão de primeira instância, bem como no relato técnico de avaliação do recurso, restando amplamente fundamentada as decisões do órgão ambiental.

Assim, o presente procedimento encontra-se intempestivo. Conforme podemos ver no artigo 34, do Decreto Lei 44.309/06 o autuado tem o prazo de 20 (vinte) dias para apresentar a defesa:

Art. 34. O autuado poderá apresentar defesa dirigida ao órgão ou entidade responsável pela autuação, no prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação do auto de infração, sendo-lhe facultada a juntada de todos os documentos que julgar convenientes à defesa.

No caso em tela o recorrente foi autuado no dia 08 de fevereiro de 2007, protocolando sua defesa em 30 de março de 2007, sendo assim intempestivo.

#### VI – CONCLUSÃO:

EX POSITIS, CONSIDERANDO as infundadas argumentações apresentadas pelo Infrator, e CONSIDERANDO a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar a infração praticada. Opino pelo **INDEFERIMENTO** dos pedidos, mantendo-se o valor da autuação de R\$ 50.265,60 (cinquenta mil duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos).

Assim, perfazendo o valor total de 35.185,92 (trinta e cinco mil cento e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Recomendações a Secretaria Executiva do CA/IEF:

A - que o processo seja pautado na próxima reunião do conselho de Administração do IEF, observando-se os prazos e procedimentos regimentais;


B – que todos os documentos sejam juntados ao processo;

C - que todas as folhas do procedimento sejam numeradas.

D – Após o julgamento verificar a necessidade da cobrança da reposição florestal.

É o parecer, SMJ.

Unai - MG, 24 de setembro de 2014.

  
**Marcos Roberto Batista Guimarães**  
Mestre em Planejamento e Gestão Ambiental  
Analista Ambiental / Jurídico IEF - MG  
Masp – 1150988-2 OAB/MG 100.683

Marcos Roberto Batista Guimarães  
Analista Ambiental-IEF-MG  
Masp 1150988-2 OAB/MG 100.683